MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

CNPJ: 12.094.570/0001-77

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2024

A diretoria da Mineração Paragominas S.A. (MPSA), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração o presente Relatório e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2024, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Atividades Comerciais:** Em 2024, as vendas totalizaram 10.505.729 toneladas de bauxita para a Alunorte. O plano de produção era de 10.928.960 milhões de toneladas de bauxita e o resultado alcançado representa 96% de atingimento do plano operacional. A produção de 2024 representa uma redução de 3,59% em relação ao ano de 2023, quando foram comercializas 10.897.863 milhões de toneladas. **Fatos societários relevantes:** Em 25 de abril de 2024, uma Reunião do Conselho de Administração foi realizada para (i) aprovar a destituição do Sr. Júlio Cézar Vicentin, Diretor Financeiro da Companhia; e (ii) eleger, em substituição, a Srª Leila Rigo Ramos para o cargo de Diretora Financeira da Companhia. Assim, a Diretoria da Companhia passa a ser composta por: (i) Carlos Eduardo Neves - Diretor-Presidente; (ii) Leila Rigo Ramos - Diretora Financeira; e (iii) Anderson Pereira Martins - Diretor Industrial. Em 30 de abril de 2024, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da Companhia para deliberar sobre: (i) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do resultado do referido exercício social; e (iii) a aprovação da remuneração fixa anual dos administradores da Companhia. Em 26 de agosto de 2024, uma Assembleia Geral Extraordinária foi realizada para deliberar sobre a inclusão do Artigo 35 ao Estatuto Social da Companhia, o qual se refere ao programa de conformidade e integridade Mineração Paragominas S.A.. Nesse sentido, passou o Estatuto Social a vigorar com a inclusão seguinte disposição. "Artigo 35 - É política da Companhia agir com integridade e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis ao conduzir negócios. A Companhia implementará um programa de conformidade, conforme estabelecido pelos seus acionistas, incluindo, por exemplo, avaliações de riscos, políticas e procedimentos, treinamento e mecanismos de conscientização, relatórios de reporte e controles internos." Em 05 de setembro de 2024, uma Reunião do Conselho de Administração foi realizada para deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Carlos Eduardo Neves ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia; (ii) a renúncia do Sr. Anderson Pereira Martins ao cargo de Diretor Industrial da Companhia; e (iii) a eleição do Sr. Anderson Pereira Martins, em substituição ao Sr. Carlos Eduardo Neves, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia. Assim, a Diretoria da Companhia passa a ser composta por: (i) Anderson Pereira Martins - Diretor-Presidente; e (ii) Leila Rigo Ramos - Diretora Financeira. **Gestão de Recursos Humanos:** A Mineração Paragominas realizou 268 admissões ao longo de 2024, encerrando o ano com 1.628 empregados diretos, destes 96 são PCD - Pessoas com Deficiência, além de 63 jovens aprendizes, 10 estagiários e 1.619 empregados terceiros. O Programa de Gestão de Desempenho aplicou a metodologia de definição de metas, ações de desenvolvimento e diálogos contínuos para 1.628 empregados. Ao longo do ano, a Mineração Paragominas: • Investiu R$ 5.089.206,14 em Treinamento e Desenvolvimento. Quanto a participação em cursos de formação e capacitação da empresa, foram realizadas 448 sessões de treinamento e capacitação com 18.397 inscrições entre treinamentos normativos e técnico-específicos (externos e internos), totalizando 32.780 horas treinadas. • Incentivou seus empregados através de reembolsos parciais de cursos de ensino técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação e investiu R$ 1.794.435,26 nestas formações, nos termos das políticas e instruções vigentes. • A oferta de treinamento no Programa de Desenvolvimento de Líderes em 2024 foi realizada através de um módulo de desenvolvimento online lançado na biblioteca de aprendizagem do sistema ONE. Este módulo foi ofertado para todos os 117 líderes mapeados, com temas de Gestão de Desempenho e Acompanhamento Contínuo, totalizando 4 horas. No total, 87 líderes concluíram o módulo, resultando em 348 horas de treinamento. • Fomentou a formação e qualificação de pessoas na comunidade local através de parcerias com instituições como o SENAI. Em atendimento ao fomento local, o SENAI de Paragominas, em 2024, atendeu 31 empresas parceiras, localizadas no município; qualificando e capacitando 3.344 profissionais. O SENAI Paragominas também capacitou 5.744 pessoas da comunidade para o mercado de trabalho através de programas e cursos profissionalizantes. • Investiu na qualificação dos jovens do município através do Programa Jovem Aprendiz. Com essa iniciativa, a empresa fortalece seu comprometimento junto à comunidade local e aprovou 63 jovens em três cursos propostos (Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais; Aprendizagem Industrial em Mineração e Operador de Beneficiamento de Minério). **Saúde:** Na área da saúde, um dos destaques foi a reestruturação do espaço de saúde na Mineração Paragominas, se tornando o Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida, que conta com suporte multiprofissional, melhor estrutura física e equipamentos, com o objetivo de acolher melhor o empregado, dar qualidade e conforto durante a realização de seus exames médicos, fortalecendo o valor Cuidado. O Programa Viver Bem também foi fortalecido com o Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida, contando com profissionais e ações para o suporte à saúde mental. Em 2024, a empresa atingiu a menor taxa de absenteísmo médico: 1,4% com redução de 13,5% comparado ao ano de 2023. Foi realizada a revisão e atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) com o objetivo de avaliar qualitativa e quantitativamente os agentes de riscos ambientais previstos na legislação previdenciária e existentes no ambiente de trabalho. Esta atualização visa identificar de forma objetiva os riscos ambientais, colaborando para que todas as nossas operações estejam em conformidade com as normas trabalhistas e previdenciárias vigentes, e eliminar os riscos de doenças ocupacionais. Foram realizadas 1.772 amostras em um grupo de 450 empregados e identificados 210 agentes ambientais diferentes. A equipe de saúde também realizou várias ações em parceria com o município de Paragominas com a finalidade de aproximar ainda mais empresa e comunidade e atuar mais fortemente na prevenção da saúde. **Segurança do trabalho:** Em 2024, a empresa atingiu o seu melhor resultado histórico referente à taxa de incidentes registráveis - 0,32. Este marco representa uma redução de 71,5% no total de eventos TRI, no comparativo com o ano anterior. A Mineração Paragominas foi novamente finalista do Prêmio Presidente na categoria HSE - Grandes Plantas, representando as unidades de Bauxita & Alumina da Hydro. A indicação foi baseada nos resultados alcançados durante a fase de obras e a operação de Miltônia 5, o maior projeto de construção civil dentro da empresa desde o início das operações. A aplicação consistente das ferramentas de segurança em campo tem fortalecido a cultura prevencionista e contribui para a promoção da disciplina operacional, de forma a exercer o cuidado ativo genuíno. As abordagens em campo estão focadas no modelo de Melhoria de Desempenho Humano e Organizacional (MDHO), Gestão Baseada no Risco e Levantamento de Prevenção de Fatalidades, que atuam de maneira integral e propõem melhorias para o ambiente cada vez mais seguro. A ferramenta Gestão Baseada no Risco foi um diferencial junto à rotina operacional, em especial para as empresas contratadas. A Mineração Paragominas foi finalista do "Prêmio Proteção" na categoria Gestão de Terceiros e apresentou o case no Congresso SST 2024 - um dos eventos de maior prestígio em saúde e segurança do Brasil. A matéria sobre a utilização da ferramenta foi publicada na edição 396 da Revista Proteção, de dezembro de 2024. A Gestão de Riscos Operacionais tem sido um dos pilares para melhor gestão de riscos junto às operações e permite uma análise mais detalhada dos processos e tomada de decisão assertiva em eventuais sinistros. Este trabalho foi finalista do prêmio Boas Práticas na Mineração do Brasil - categoria "Segurança de Processos Integrada à Rotina Operacional", promovido pelo IBRAM e apresentado no dia 10/09/2024, durante a EXPOSIBRAM, conquistando o segundo lugar. **Meio ambiente: Licenciamento Ambiental -** No ano de 2024, a Mineração Paragominas recebeu 43 atos autorizativos, concedidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Dentre os quais, destaca-se a emissão da Autorização para Obra de Manutenção do Mineroduto no trecho de 30 km, Autorização para Continuidade da Obra de Manutenção do Mineroduto no trecho de 29 km, Autorização de Resgate de Fauna para as frentes de supressão vegetal, Autorização de Supressão de Vegetação para avanço de lavra em Miltônia 5, Autorização de Supressão de Vegetação para manutenção da faixa de servidão da linha de transmissão, Autorização para a infraestrutura de Miltônia 5 (ARAS, ADM, DIR, ETE, ETA, reservatório de água, sistema de comunicação, rede elétrica, subestação e balança rodoviária), Autorização para Uso de Tanque ARLA de 20 m^3 na área do posto de abastecimento, Outorga para Captação de Água Superficial na obra dos 30 km de manutenção do mineroduto e Anuência para Fornecimento e o Transporte de Material Laterítico para obra de construção da ponte sobre o rio Potiritá. **Recuperação de Áreas Mineradas -** Como exemplo de ações que reafirmam o compromisso com o meio ambiente, no ano de 2024, a empresa utilizou 4 técnicas de reabilitação de áreas que foram mineradas, acumulando o total de 3.467 hectares reabilitados de 2009 a 2024. Foram utilizadas as técnicas de plantio tradicional, nucleação e regeneração natural, além de teste piloto de plantio de sementes com a utilização de drones, acompanhado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA). No total, foram utilizadas 34.193 mudas de espécies da Amazônia no plantio tradicional, divididas em 132 espécies de 33 famílias. **Educação Ambiental e Engajamento -** No intuito de engajar a sociedade e empresas na difusão de conceitos de sustentabilidade, a Mineração Paragominas possui um Programa de Educação Ambiental (PEA) que atua em atividades de sensibilização de público interno e externo à empresa, que abrange 5 municípios e comunidades da área de influência do mineroduto. No ano de 2024, foram realizadas internamente mais de 138 ações que abordaram mais de 20 temas de educação e sensibilização ambiental. Também foram levados para a comunidade assuntos relacionados à mineração e biodiversidade, sustentabilidade (abordando os temas: resíduos sólidos, uso do fogo, cuidados com os rios e igarapés, como se tornar embaixador da sustentabilidade e mudanças de atitudes). Foram recebidas 33 visitas à trilha ecológica, totalizando 512 visitantes, com participação de estudantes universitários, empregados, aprendizes, executivos da Hydro, imprensa e representantes de órgãos ambientais. Contabilizando ações presenciais e remotas, foi obtida audiência superior a 111.560 alcançadas pelas atividades do PEA, através de ações diretas e em sinergia com outras áreas (gerências de área, contratadas, CIPAMIN, Comunicação e voluntariado). **Consórcio de Pesquisa em Biodiversidade (BRC):** Em 2024, o Consórcio de Pesquisa em Biodiversidade Brasil-Noruega (BRC, na sigla em inglês) deu continuidade às suas atividades de campo. Ao longo do ano, equipes de cinco projetos realizaram coletas de dados na área da mina. Além disso, pesquisadores, coordenadores, o secretariado e a equipe técnica da MPSA participaram de reuniões bimensais on-line para alinhar temas estratégicos do consórcio. As reuniões da diretoria foram realizadas remotamente nos meses de abril e agosto, e, em setembro, ocorreu a reunião presencial do comitê científico, juntamente com o primeiro Workshop BRC-MPSA, promovendo discussões científicas em Paragominas. No que se refere à produção científica, os pesquisadores do programa somaram três publicações, sendo dois artigos publicados e um aceito para publicação. Atualmente, o programa de pesquisa mantém 26 projetos em seu portfólio, fortalecendo a interação entre a companhia e a comunidade acadêmica nacional e internacional. Essa colaboração contribui para o fomento de programas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado que, em contrapartida, geram informações relevantes para a melhoria contínua do processo de reflorestamento da empresa e para a consolidação do conhecimento sobre biodiversidade nas áreas recuperadas e em seu entorno. O consórcio segue composto pelas instituições Hydro, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Universidade de Oslo. **Investimentos:** Em 2024, a empresa investiu R$ 988,73 milhões em modernização e substituição de equipamentos de Mina, Usina e Mineroduto. Além destes, o montante gasto com despesa em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em 2024 foi de R$ 56 milhões. **Comunicação corporativa:** A Comunicação manteve a agenda de ações voltadas ao objetivo de dar visibilidade aos temas da Mineração Paragominas para empregados e sociedade, colaborando para fortalecer a imagem e reputação da companhia. Nesse sentido, foram realizadas ações para destacar temas relevantes para a empresa, entre eles sustentabilidade, inovação, saúde, segurança, gestão, qualidade, carreira, recursos humanos, diversidade, inclusão & pertencimento e atuação social. Essas temáticas foram trabalhadas por meio de campanhas de comunicação, assessoria de imprensa, publicidade, eventos e patrocínios. No ano de 2024, a Mineração Paragominas foi tema de 496 notícias positivas publicadas em sites, rádios, TVs e jornais impressos de Paragominas, do Pará e da mídia nacional. Nas redes sociais, a Mineração Paragominas teve seu conteúdo veiculado nos perfis da Hydro no Brasil no Facebook, Instagram e LinkedIn. Em 2024, o número total de seguidores em todas as plataformas de mídia social do Grupo Hydro atingiu 438.635. Isso representa um aumento de 200.000 seguidores em relação ao período anterior. A agenda de campanhas de comunicação e eventos internos manteve-se alinhada ao compromisso de envolver e engajar empregados e apoiar a liderança da empresa na visibilidade de temas estratégicos. Nesse cenário, cabe citar as campanhas de aniversário da Mineração Paragominas, Mês do Meio Ambiente, SIPATMIN - Semana Interna de Prevenção de Acidentes, Direitos Humanos e GPTW - *Great Place to Work*, voltadas principalmente para o público de empregados. No ano de 2024, o programa de visitas coordenado pela Área de Comunicação recebeu cinco grupos de visitantes da comunidade, totalizando 146 pessoas de instituições de ensino técnico e superior da cidade de Paragominas. Por meio de patrocínios, a Mineração Paragominas participou de eventos estratégicos, como a Feira Agropecuária de Paragominas (Agropec), maior vitrine do agronegócio da região Norte, onde os visitantes do estande da empresa conheceram a cadeia de produção do alumínio, da bauxita que sai do município de Paragominas, passando pela alumina produzida na refinaria Alunorte até o alumínio produzido pela Albras, estas duas em Barcarena, indo até os extrudados que a Hydro no Brasil. Na edição de 2024, o estande da Mineração Paragominas recebeu mais de 30 mil visitantes. Vale destacar também a presença na Expofeira Agropecuária de Tomé-Açu, Exposibram e Feira da Indústria do Pará. **Atuação social:** A estratégia de Sustentabilidade e Impacto Social da Hydro no Pará, incluindo a Mineração Paragominas, visa contribuir para o desenvolvimento sustentável do território onde a empresa atua, apoiando uma transição justa, com promoção de habilidades, educação e geração de renda, preservando a sócio biodiversidade da Amazônia, com respeito aos Direitos Humanos, inclusão e diversidade. Em 2024, a Mineração Paragominas deu continuidade a diversas iniciativas de desenvolvimento territorial, estruturadas em quatro eixos orientativos de longo prazo: Educação e Habilidades, Trabalho e Renda, Qualidade de Vida e Biodiversidade. Além disso, a estratégia de Sustentabilidade e Impacto Social da Hydro contempla ações de curto prazo focadas na gestão de riscos e impactos sociais. Para fortalecer suas parcerias com instituições e comunidades locais nos municípios onde opera e atender aos padrões da certificação ASI (*Aluminium Stewardship Initiative*), a Mineração Paragominas desenvolve programas socioambientais, ações de engajamento e diálogo social, iniciativas de voluntariado e mantém um canal de manifestações para partes interessadas, entre outros investimentos. **Compromisso com os Direitos Humanos:** A Mineração Paragominas reconhece não apenas sua responsabilidade em respeitar os Direitos Humanos, mas também seu papel fundamental na promoção do acesso a esses direitos. O compromisso da empresa é orientado por padrões internacionais amplamente reconhecidos, incluindo a Carta Internacional dos Direitos Humanos, os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, o Guia da OCDE de Devida Diligência para Conduta Empresarial Responsável, os Princípios do Pacto Global da ONU, entre outros. A empresa possui uma Política de Direitos Humanos, na qual expressa seus compromissos com a proteção dos direitos de todos os que possam ser impactados por suas operações, especialmente grupos em situação de vulnerabilidade. Além disso, atua no fortalecimento do diálogo social e no desenvolvimento de iniciativas voltadas para a garantia desses direitos. Na Mineração Paragominas, a implementação da agenda de Direitos Humanos é um compromisso coletivo, envolvendo todas as áreas da empresa. **Programas Sociais: 1. Território do Saber - R$ 628.771,62:** Em 2024, após cinco anos de execução, o programa Território do Saber deixou um legado significativo para a educação em Paragominas, no Pará. Iniciado em 2019, o programa foi uma parceria entre a Hydro, a Secretaria Municipal de Educação de Paragominas (SEMEC), a empresa Evoluir e as escolas locais, com o objetivo de formar professores, fortalecer a gestão educacional e alfabetizar jovens, adultos e idosos (AJAI). O programa esteve alinhado aos princípios da Unesco sobre educação de qualidade, priorizando o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, além de uma formação integral voltada para os desafios do século XXI. Sua atuação se estruturou em três eixos principais: formação de profissionais da educação, apoio à gestão educacional e alfabetização de jovens, adultos e idosos. Ao longo dos cinco anos, os principais resultados do programa foram a formação de 175 educadores pelos grupos de aplicação, a certificação de especialização de 141 professores, a participação de 206 professores em cursos de aperfeiçoamento e de 593 professores em oficinas e cursos rápidos. Na frente de suporte à gestão, o programa capacitou 167 gestores escolares. Além disso, alfabetizou 2.023 pessoas, das quais 160 foram encaminhadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede municipal para dar continuidade aos estudos. Todo o conhecimento gerado durante o projeto foi sistematizado, editado e publicado em um livro físico, além de três e-books. Essas publicações não apenas registram e disseminam os aprendizados compartilhados pelos educadores da rede, mas também refletem sobre a educação pública em Paragominas, servindo como inspiração para outros profissionais da área. **2. Coletivo Florestar - R$ 936.576,44:** O Projeto Coletivo Florestar tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, promovendo geração de renda de forma sustentável e integrada à economia da floresta em pé. Para isso, desenvolve ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), capacitações em agroecologia, fortalecimento das redes de produtores rurais e apoio à comercialização e acesso ao mercado. Em 2024, os principais resultados alcançados pelo projeto foram a assistência técnica rural gratuita para 47 famílias, com a realização de 206 visitas individuais de ATER; a realização de sete oficinas temáticas sobre produção de mudas, compostagem orgânica, sistemas agroflorestais (SAF), empreendedorismo rural, entre outros temas; o apoio à estruturação e realização de quatro feiras coletivas nas comunidades Água Branca e Tropicália, em Tomé-Açu (PA); o desenvolvimento e comercialização de dois produtos com suporte do projeto, pimenta-do-reino e geleias artesanais; a regularização jurídica e contábil das associações das comunidades Água Branca e Tropicália, garantindo maior autonomia e acesso a políticas públicas; além da orientação e suporte aos produtores para viabilizar crédito rural e adesão a programas de incentivo à agricultura familiar. **3. Projeto de Fortalecimento da Agricultura na Associação ADA - R$ 1.734.020,53:** Iniciado em fevereiro de 2024, o projeto tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar junto às famílias da Associação dos Diretamente Afetados (ADA), que reúne as comunidades Santa Luzia, Nossa Senhora das Graças, São Sebastião, Santa Maria e São Bernardino, localizadas no Território Quilombola de Jambuaçu, em Moju (PA). As ações promovem a disseminação de conceitos de agroecologia e incentivam a geração de renda de forma sustentável, integrada à economia da floresta em pé. Entre os principais resultados alcançados, 36 famílias receberam assistência técnica rural gratuita e foram capacitadas em técnicas agroecológicas, incluindo a produção e aplicação de biofertilizantes. Além disso, foi concluído o Diagnóstico Rural Participativo, que possibilitou o levantamento das condições produtivas e socioeconômicas das comunidades associadas à ADA, subsidiando ações futuras. O projeto também viabilizou a instalação e manutenção de duas Unidades Demonstrativas (UDs), sendo uma destinada à produção de bioinsumos e outra à estruturação de um viveiro rústico de mudas. **4. Rede Synapse - R$ 342.600,00:** A Mineração Paragominas, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Grupo Lorinvest e Movimento Bem Maior, está cofinanciando a expansão da Rede Synapse para a Amazônia, iniciativa conduzida pelo The Human Project (THP). O projeto tem como objetivo aprimorar o ensino de Português e Matemática para alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental em regiões vulneráveis, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Rede Synapse iniciou sua atuação na Amazônia em 2023, no município de Acará, registrando 113 inscrições, das quais 103 concluíram o modelo básico, resultando em uma taxa de aprovação de 91,5%. Além disso, três professoras da rede se tornaram reaplicadores da metodologia, capacitando outros educadores da região. Em 2024, o projeto alcançou 170 inscrições no módulo básico, com 157 professores certificados, atingindo uma taxa de aprovação de 92,35%. No módulo avançado, foram registrados 80 inscritos, dos quais 78 foram certificados, totalizando uma taxa de aprovação de 97,50%. **Engajamento e Diálogo Social - R$ 1.153.869,00:** O engajamento com partes interessadas tem como finalidade estabelecer e fortalecer relações estratégicas, pautadas no diálogo, respeito, transparência e confiança. A Mineração Paragominas mantém um relacionamento ativo com diversos públicos, abordando temas relevantes para as partes interessadas, tais como operações, voluntariado e programas socioambientais. Para isso, adota a metodologia de escuta ativa, garantindo que as demandas identificadas sejam incorporadas ao Plano Anual de Engajamento. O público-alvo dessas iniciativas inclui comunidades tradicionais e não tradicionais, organizações da sociedade civil, formadores de opinião, associações de classe, instituições religiosas, lideranças informais e a população em geral. Em 2024, foram realizados 293 diálogos sociais nos sete municípios da área de influência da Mineração Paragominas (Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena), com 2.715 participantes. **Voluntariado Empresarial - R$ 283.425,00:** Em 2024, a estratégia de voluntariado da Mineração Paragominas, chamada "Voluntários em Ação," mobilizou empregados, empresas contratadas e seus familiares, promovendo um conjunto de iniciativas estruturadas e ações para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde a empresa atua. Em 2024, o Comitê de Voluntariado da MPSA estreitou e fortaleceu o relacionamento com Organizações da Sociedade Civil, apoiou ações em comunidades tradicionais e não tradicionais no mineroduto com temas voltados à educação, meio ambiente, saúde e empoderamento feminino. Foram fortalecidas ações com conselhos municipais, comunidades e instituições locais com a realização de ações de doação de sangue, limpeza de praia, educação ambiental e assistência social. No total, em 2024 foram realizadas 19 ações, que beneficiaram 2.497 pessoas, engajaram 449 voluntários, com 380 empregados voluntários cadastrados no Banco de Talentos. **Mecanismo de manifestações (Canal Direto) - R$ 290.328,00:** O Canal Direto é uma ferramenta da Hydro destinada a receber, registrar, responder e gerenciar manifestações das partes interessadas externas. Alinhado às diretrizes da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, o Canal Direto é gerido pela equipe de Sustentabilidade e Impacto Social da Hydro e operado por uma equipe especializada em atendimento. O acesso é gratuito e pode ser realizado pelo telefone 0800 721 0794, pelo e-mail canaldireto@hydro.com ou por meio de um formulário online disponível no site da Hydro: www.hydro.com/canaldireto. Disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, o canal foi estruturado para garantir a segurança e confidencialidade das informações. Em 2024, o Canal Direto registrou e atendeu 53 manifestações relacionadas à Mineração Paragominas. Do total de registros, 41,51% foram feitos pelo formulário online, 41,51% por telefone e 16,98% por e-mail. Além disso, 92% das manifestações foram identificadas, enquanto 8% foram registradas de forma anônima. Os principais temas abordados incluíram interesse em patrocínios, oportunidades de emprego e carreira na Mineração Paragominas, solicitações de contato com áreas internas da empresa, pedidos de doações, participação em leilões, fornecimento de bens e serviços, além de visitas às operações. Todas as manifestações foram respondidas e encerradas, assegurando a devida tratativa das demandas apresentadas. **ECQ e PBAQ - R$ 1.667.769,00:** A realização do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) é uma exigência da Licença de Operação da MPSA e atende ao ofício da Fundação Cultural Palmares (FCP) endereçado à Hydro, com cópia para a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), nº 166/2020/COPAB/DPA/PR-FCP, de 25 de maio de 2020. O ECQ/PBAQ abrange a identificação, análise e proposição de medidas para mitigar os impactos identificados nas fases de instalação e operação do mineroduto e da linha de transmissão. Inicialmente, o ECQ/PBAQ contemplava 26 comunidades quilombolas situadas na área de influência dos empreendimentos, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial nº 60/2015. No entanto, em 2023, a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Centro Ouro iniciou um processo de desmembramento de suas associações, resultando na inclusão de dois novos ECQs, totalizando 28 ECQs e PBAQs. Os procedimentos para a realização dos estudos são amplamente participativos, em conformidade com os princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como órgão interveniente. Até janeiro de 2025, foram protocolados 19 ECQs no INCRA, dos quais oito foram aprovados, enquanto os demais aguardam manifestação do órgão. Após a aprovação dos ECQs, foram elaborados oito PBAQs, que já foram protocolados e aguardam análise pelo INCRA. **Parceria com a Casa Familiar Rural - R$ 280.000,00:** A Mineração Paragominas mantém uma parceria com a Casa Familiar Rural, localizada no Território Quilombola do Jambuaçu, no município de Moju (PA). A empresa fornece recursos financeiros para a manutenção das atividades educacionais do espaço, que oferece ensino médio, ensino médio integrado até formação técnica em agropecuária, além de ações de mobilização territorial e institucional para o desenvolvimento local. Em 2024, a parceria foi mantida e incluiu a realização de melhorias na infraestrutura da sede da Casa Familiar Rural (CFR), com o objetivo de proporcionar mais segurança e bem-estar aos usuários. **Territórios da Paz (TERPAZ I) - R$ 5.183.230,06:** No ano de 2024, houve desembolsos para reparos (construção corretiva) nas três unidades das Usinas da Paz (UsiPaz), integradas ao programa Territórios da Paz do Governo do Estado do Pará, implantadas nos bairros Guamá, Terra Firme e Jurunas, em Belém. Os complexos contam com infraestrutura moderna e multifuncional, composta por dois edifícios principais, sendo Usina e Assistência, além de espaços como teatros, praças para eventos, oficinas, piscinas, complexos poliesportivos, quadras de areia, áreas para pets, academias ao ar livre e playgrounds infantis. Reconhecido como um dos maiores programas de cidadania e assistência social do Brasil, o projeto Usinas da Paz disponibiliza gratuitamente mais de 70 serviços à população, abrangendo cursos profissionalizantes, emissão de documentos, reforço escolar, eventos e diversas iniciativas voltadas para cidadania, esporte, saúde e lazer. **Territórios da Paz (TERPAZ II) - R$ 14.334.825,54:** Em 2024, tiveram início as obras de quatro novas unidades das Usinas da Paz (UsiPaz) nos municípios de Paragominas, Tomé-Açu, Moju e Barcarena. As fundações dessas unidades já foram finalizadas, e as edificações encontram-se com aproximadamente 50% de avanço físico, contemplando as fases de superestrutura, alvenaria de vedação, instalações elétricas e hidrossanitárias, sistemas de segurança, estação de tratamento de efluentes, cobertura e testes das piscinas. **Fundo Hydro - R$ 5.370.000,00:** Em 2024, a Mineração Paragominas tornou-se uma das empresas mantenedoras do Fundo Hydro, uma organização independente e sem fins lucrativos. Criado em 2019 pelas empresas Hydro, Albras e Alunorte, o Fundo é um mecanismo financeiro voltado ao investimento em projetos e iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável local.

Paragominas (PA), 06 de março de 2025.

DIRETORIA

Anderson Pereira Martins	Leila Rigo Ramos
Diretor-Presidente	Diretora Financeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

John Thuestad	Raphael Costa	Alexander Sutherland
Presidente	Conselheiro	Conselheiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	249.732	289.437
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	10	240.452	223.636
Outras contas a receber - Partes relacionadas	10	124.057	197.960
Estoques	9	150.386	147.240
Impostos e contribuições a recuperar	11	124.566	101.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	15.360	17.838
Outros recebíveis		11.758	10.790
		916.311	988.038
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.b	437.499	310.419
Impostos e contribuições a recuperar	11	163.932	110.248
Depósitos judiciais	19	581	748
Outros investimentos	7.f.	99.072	-
Outros recebíveis		24.648	22.234
		725.732	443.649
Investimento em coligadas	13	-	103.009
Imobilizado	14	3.342.856	3.203.682
Intangível		31.114	32.611
Total do ativo		5.016.013	4.770.989

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	17	27.800	-
Fornecedores	15	306.624	403.811
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	41.350	18.319
Obrigação de aquisições de coligadas		-	-
Partes relacionadas	16	-	47.809
Terceiros	16	-	47.809
Arrendamento financeiro	18	37.458	55.384
Impostos e contribuições		24.888	28.301
Salários, provisões e encargos sociais		73.938	65.181
Dividendos a pagar	10.a	129.903	129.903
Royalties a pagar		6.945	5.687
Provisões	19	208.267	85.094
Outros		383	568
		857.556	887.866
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	17	700.000	-
Provisões	19	150.550	277.221
Arrendamento financeiro	18	73.345	33.623
		923.895	310.844
Patrimônio líquido	20		
Capital social		2.814.814	2.814.814
Ajuste de avaliação patrimonial		(53.240)	-
Reserva de lucros		472.988	757.465
		3.234.562	3.572.279
Total do passivo e patrimônio líquido		5.016.013	4.770.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

						Reserva de Lucros	
	Capital social	Reserva incentivos fiscais	Reserva legal	Dividendos à disposição da assembleia	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	2.814.814	379.654	88.999	429.609	-	-	3.713.076
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(100.899)	(100.899)
Dividendos pagos	-	-	-	(39.898)	-	-	(39.898)
Absorção de reservas	-	(100.899)	-	-	-	100.899	-
Em 31 de dezembro de 2023	2.814.814	278.755	88.999	389.710	-	-	3.572.278
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(284.477)	(284.477)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	(53.240)	-	(53.240)
Absorção de reservas	-	(278.755)	(5.722)	-	-	284.477	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.814.814	-	83.277	389.710	(53.240)	-	3.234.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	21.a	2.123.304	2.057.571
Custo dos produtos vendidos	21.b	(1.513.880)	(1.365.274)
Lucro bruto		609.424	692.297
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(119.366)	(104.297)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(797.496)	(882.557)
		(916.862)	(986.854)
Lucro (prejuízo) operac. antes do resultado financeiro e impostos		(307.438)	(294.557)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	15.655	76.076
Despesas financeiras	23	(67.561)	(11.176)
		(51.906)	64.900
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(359.344)	(229.657)
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	12	(52.213)	(99.975)
Diferido	12	127.080	228.733
		74.867	128.758
Lucro (prejuízo) do exercício		(284.477)	(100.899)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(284.477)	(100.899)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Investimentos patrimoniais a VJORA - variação líquida no valor justo	(53.240)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(337.717)	(100.899)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(284.477)	(100.899)
Ajustes para:		
Depreciação, exaustão e amortização	357.614	318.306
Perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	412.157	684.778
Imposto de renda e contribuição social diferido	(127.080)	(228.733)
Provisão para processos judiciais	5.839	(3.794)
Provisão sobre participação nos resultados	10.533	37.805
Variações monetárias e cambiais, líquidas	644	7.993
Valor residual dos ativos permanentes baixados	19.872	257
Revisão de créditos tributários	17.372	13.178
Ajuste lucro da exploração	-	63.769
Provisão TERPAZ	2.804	30.004
Provisão povos originários	143.800	-
Despesas financeiras sobre arrendamentos	10.342	7.423
	569.420	830.087
Variações em:		
Contas a receber com partes relacionadas	(16.816)	33.236
Outras contas a receber com partes relacionadas	71.099	54
Estoques	(8.003)	(32.580)
Impostos e contribuições a recuperar	(92.007)	(64.976)
Depósitos judiciais	167	1.386
Outros recebíveis	(3.382)	(16.912)
Contas a pagar a fornecedores	(97.271)	112.326
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22.756	(1.387)
Obrigação de aquisições de coligadas	(95.618)	95.618
Impostos e contribuições	24.130	47.003
Salários e encargos sociais a recolher	(1.776)	(39.456)
Royalties	1.258	(473)
Provisões	(155.940)	(15.538)
Outros passivos	(186)	525
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(351.590)	118.826
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(16.794)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.543)	(64.971)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	173.493	883.942
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao imobilizado	(923.960)	(1.199.126)
Adições ao intangível	1.497	(804)
Investimento em coligadas	3.937	(103.009)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(918.526)	(1.302.939)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	744.594	
Pagamento dos arrendamentos financeiros	(39.266)	(27.799)
Dividendos pagos	-	(131.521)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	705.328	(159.320)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(39.705)	(578.317)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	289.437	867.754
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	249.732	289.437
	(39.705)	(578.317)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais exceto quando indicado em contrário)*

1. Contexto operacional: A Mineração Paragominas S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Paragominas, no estado do Pará e foi constituída em 20 de maio de 2010. A Companhia tem como propósito principal, a mineração no território nacional, incluindo a prospecção, perfuração, procura, produção, operação, beneficiamento, industrialização, importação, exportação e comercialização de bauxita, seus subprodutos e outros minerais e substâncias minerarias em geral. Os principais processos produtivos são: mineração, beneficiamento e transporte da polpa de bauxita produzida através de 244 km de mineroduto que atravessa sete municípios no estado do Pará, partindo do município de Paragominas até as instalações da refinaria Alunorte em Barcarena. Atualmente, a gestão de rejeitos na Mineração Paragominas é realizada, principalmente, pela operação do *Tailings Dry Backfill*, que consiste na disposição temporária dos rejeitos em quadrantes de secagem, e posterior recolocação do material seco para preenchimento das cavas já lavradas. A opção por esse processo visa um menor impacto ambiental das operações de beneficiamento. As operações atuais estão distribuídas nos platôs Miltônia 3 e Miltônia 5, que iniciaram as frentes de lavra no segundo semestre de 2023. **2. Base de preparação e apresentação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2025, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. Detalhes sobre as políticas contábeis do Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta prejuízos acumulados (vide nota explicativa 20) e possui reserva de lucros no valor de R$ 472.988 (R$757.465 em 31 de dezembro de 2023) e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R$ 58.755 (R$ 100.172 em 31 de dezembro de 2023). As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, considerando o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo e o suporte financeiro de seus controladores. Dessa forma, a administração tem uma expectativa razoável de que Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base da Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros através de outros resultados abrangentes. **2.3. Conversão da moeda estrangeira: *a. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***b. Transações e saldos:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 5. **3. Mudança nas principais políticas contábeis: 3.1. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação - Alterações ao CPC 32/IAS 12:** A Companhia adotou as alterações ao CPC 32/IAS 12 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. O ativo ou passivo fiscal diferido é reconhecido em uma base líquida. Dessa forma, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1):** A Companhia adotou as alterações ao CPC 26/IAS1 a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Companhia. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Companhia. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois o Grupo não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023. **4. Políticas contábeis materiais:** A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações. **4.1. Instrumentos financeiros - *4.1.1. Ativos financeiros*:** O reconhecimento do ativo financeiro é quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com exceção do contas a receber de clientes que é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude os negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No reconhecimento inicial de certos investimentos em um instrumento patrimonial que não sejam mantidos para negociação, o Grupo fez uma escolha irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. ***Redução ao valor recuperável (Impairment)*:** Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No modelo de negócios adotado pela Companhia, o risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas é direcionada para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais em nossos recebíveis. Perdas por redução ao valor recuperável são calculadas através da diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros. ***4.1.2. Passivos financeiros*:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***4.2. Investimentos em coligadas*:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma coligada está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia. **4.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados compreende matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **4.4. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Vida útil:	Anos
Edificações e instalações fabris	5 a 40
Equipamentos de transporte	1 a 20
Máquinas, equipamentos, material permanente	2 a 39
Equipamentos de informática	5 a 12
Direitos minerários	49
Restauração dos depósitos de resíduos ("ARO")	16 a 40
Arrendamentos	1 a 5

4.5 *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou teste de *impairment* e houve a identificação de perdas a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, vide nota 14(d). **4.6. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. As provisões para fechamento de mina e custos de reestruturação são reconhecidas quando: a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor estiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Companhia, ao final de cada exercício, revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento de mina com a finalização das atividades minerarias e desativação dos ativos vinculados à operação. Esta provisão tem como objetivo principal o reconhecimento dos prováveis valores de curto e longo prazo a serem desembolsados para o devido reestabelecimento das áreas afetadas pela operação, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de curto ou longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado. O passivo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada, e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é depreciado com base na sua vida útil estimada, e registrado contra o resultado do exercício. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda provável pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **4.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, determinado por períodos de apuração trimestrais com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia obteve a aprovação do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais expedida por meio de Laudo Constitutivo por parte da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, calculados com base no lucro da exploração. O prazo para fruição do benefício tem início em 2020 e término em 2029. A Receita Federal do Brasil - RFB emitiu Despacho Decisório de deferimento reconhecendo o direito de gozo do benefício pleiteado, conforme o Laudo Constitutivo em nome da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **4.8. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***Venda de produtos - Bauxita:*** A Companhia é uma indústria de mineração que extrai, beneficia e vende bauxita, principal minério utilizado na produção da alumina. O transporte da bauxita vendida é feito através de mineroduto de 244 km até o município de Barcarena - Pará. As vendas da Mineração Paragominas S.A. são feitas exclusivamente para a empresa com parte relacionada Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. mediante um preço aprovado pelos acionistas e o plano de recebimento é de 30 dias após a data da entrega. **5. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. **5a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **5b. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e julgamentos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas: **6.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados.

6.2. Reservas minerais e vida útil de minas: As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental decorrentes da operação e das análises de *impairment*. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. **6.3 Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, 3, tributária e ambiental, amparada pela opinião e avaliação de expectativas de perdas ou êxitos de seus consultores legais externos e assessores jurídicos internos. As provisões para processos judiciais são registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. **6.4. Provisão para fechamento da mina:** A Companhia, ao final de cada exercício, revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento de mina com a finalização das atividades minerarias e desativação dos ativos vinculados a operação. O valor justo da provisão para fechamento da mina, é estimado com base no valor presente dos custos relativos à desmontagem ou remoção dos prédios ou outros bens, e/ ou a restauração ou reabilitação das áreas onde houve instalações industriais ou de minas. O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação para a restauração ou reabilitação da área for constituída. As variações na valorização do passivo constituído são reconhecidas pela mudança no valor presente e classificadas como parte da despesa financeira. Passivos que estão relacionados à eventos futuros (por exemplo, o período ou método de liquidação) são reconhecidos pelo valor justo, considerando a melhor estimativa à época da avaliação. **6.5. Provisão para valor recuperável dos ativos (*impairment*):** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do imobilizado. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso. Como resultado dos testes de recuperabilidade realizados, a Companhia identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para 2024. **6.6. Influência Significativa:** A Companhia concluiu não ter mais influência significativa em seu investimento, anteriormente registrado como investimento em coligada (Vide Nota Explicativa nº 13). **7. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 7a. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros (principalmente por seu produto se tratar de uma *commodity* cotada em mercado), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **7b. Risco de Mercado:** *(i)* ***Risco cambial:*** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2024			2023		
	R$	USD	EUR	R$	USD	EUR
Fornecedores	(8.606)	(1.440)	-	(26.814)	(5.471)	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	(8.606)	(1.440)	-	(26.814)	(5.471)	-

7c. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes (partes relacionadas) todas as entregas da Companhia são feitas para as partes relacionadas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **7d. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda. O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área financeira. A área financeira investe a disponibilidade de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2024	
Fornecedores	306.624
Empréstimos e financiamentos	27.800
Outras contas a pagar com partes relacionadas	41.350
Obrigação de aquisições de coligadas	-
Arrendamento financeiro (nota 18.b)	37.458
	413.232
Em 31 de dezembro de 2023	
Fornecedores	403.811
Empréstimos e financiamentos	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	18.319
Obrigação de aquisições de coligadas	95.618
Arrendamento financeiro (nota 18.b)	55.384
	573.132

7e. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. **7f. Instrumentos financeiros:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

	Valor contábil	
	2024	2023
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	249.732	289.437
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	240.452	223.636
Outras contas a receber com partes relacionadas	124.057	197.960
Outros recebíveis	36.406	33.024
	650.647	744.057
Ativos mensurados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes		
Outros investimentos (Nível 3)	99.072	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	306.624	403.811
Obrigação de aquisições de coligadas	-	95.618
Outras contas a pagar com partes relacionadas	41.350	18.319
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	27.800	-
Dividendos a pagar	129.903	129.903
	505.677	647.651

Mensuração do valor justo: A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • ***Nível 1**:* preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • ***Nível 2**: input*s, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • ***Nível 3**: input*s, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*input*s não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os instrumentos financeiros acima estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima de seus dos valores justos, devido à natureza dos instrumentos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	24.596	20.334
Aplicações financeiras (i)	225.136	269.103
	249.732	289.437

(i) As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração média de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs possuem liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. Adicionalmente, são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

9. Estoques

	2024	2023
Produto acabado	10.015	8.182
Produtos em processo	73.757	71.624
Matéria prima	3.362	1.859
Materiais auxiliares	77.480	84.782
Importação em andamento	4.042	1.580
Provisão para obsolescência de materiais auxiliares (i)	(18.270)	(20.787)
	150.386	147.240

(i) Valores relativos à provisão para obsolescência para estoques de materiais de uso e consumo, refletindo a potencial perda de valor destes itens. O custo dos estoques reconhecidos na demonstração do resultado como "custo dos produtos vendidos" totalizou R$ 1.513.870 em 2024 (2023 - R$ 1.365.274) - Nota explicativa 21.b. A Companhia não identificou impactos relativos à provisão para redução ao valor realizável líquidos dos estoques em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **10. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a venda do produto acabado (bauxita), que tem como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes, operações de serviços compartilhados e compra de energia. Os prazos de pagamentos e recebimentos possuem uma média de 30 dias.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	30.120	28	59.520	22
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. (i)	334.389	6.648	362.076	2.263
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	26.830	-	7.226
Norsk Hydro Energia Ltda.	-	3.287	-	3.439
Norsk Hydro ASA (iv)	-	730.618	-	1.950
Hydro Extrusion Hungary Ltd.	-	1.739	-	2.117
Hydro REIN Feijão Holding B.V. (ii)	-	-	-	47.809
Hydro Paragominas BV (iii)	-	129.903	-	129.903
Hydro Aluminium AS BAB	-	-	-	1.302
	364.509	899.053	421.596	196.031

(i) A Companhia mantém acordos contratuais e entregou em 2024 mais de 10 milhões de toneladas (10 milhões de toneladas em 2023) ao seu único cliente, a "Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A", com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metals Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*). (ii) A partir do final de junho de 2024, a Hydro REIN Feijão Holding B.V deixou de ser parte relacionada pois fará parte de uma *joint venture* da NWM com a Macquarie Asset Management. (iii) A Companhia mantém saldo com a Hydro Paragominas BV referente aos dividendos a pagar. (iv) Vide nota explicativa 17. Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	240.452	-	223.636	-
Outras contas a receber - Partes relacionadas (i)	124.057	-	197.960	-
Passivo circulante				
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	41.350	-	18.319
Obrigação de aquisições de coligadas - Partes relacionadas (ii)	-	-	-	47.809
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	-	27.800	-	-
Dividendos a pagar	-	129.903	-	129.903
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	-	700.000	-	-
	364.509	899.053	421.596	196.031

(i) Montante a ser recebido de outras empresas do Grupo Hydro referente aos investimentos do programa TERPAZ no montante de R$ 122.963, vide Nota Explicativa 19(a). (ii) Vide nota 17. Os resultados obtidos com as transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2024		2023	
	Receita	Custo/Despesa	Receita	Custo/Despesa
Receita bruta da bauxita:				
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	2.123.304	-	2.057.571	-
Outras				
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(2.398)	13	(124)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(138.188)	-	(125.400)
Norsk Hydro Energia Ltda.	-	(37.900)	-	(36.083)
Hydro Extrusion Hungary Ltd.	-	(17.292)	-	-
Hydro Aluminium AS BAB	-	-	104	-
Norsk Hydro ASA	-	(16.386)	4	(2.417)
Hydro Energi AS HLC	-	-	-	-
	2.123.304	(212.164)	2.057.692	(164.024)

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2024	2023
Receita operacional líquida - venda de produtos	2.123.304	2.057.571
Custo dos produtos vendidos	(41.163)	(36.083)
Despesas gerais e administrativas	(171.001)	(127.820)
	1.911.140	1.893.668

b. Remuneração da administração: A remuneração do pessoal chave da administração totalizou R$ 1.722 (R$ 2.217 em 2023). Os benefícios de curto prazo abrangem, basicamente, a remuneração decorrente dos salários, bônus e gratificações pagos nos exercícios informados.

11. Impostos e contribuições a recuperar/imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Impostos e contribuições a recuperar		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	239.271	174.157
Programa de integração social - PIS	45.005	33.568
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.849	3.286
Outros	373	374
	288.498	211.385
Circulante	124.566	101.137
Não circulante	163.932	110.248
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.772	17.513
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.588	325
	15.360	17.838

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos vinculados ao processo produtivo que a Companhia compensa com outros tributos federais. Em 2024 foi realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS, referente aos últimos 12 meses do ano de 2023. Como resultado desta revisão, chegou-se a um montante adicional de créditos tributários de PIS e COFINS de R$ 99.991 (R$ 27.468 em 2023) decorrentes, principalmente, da aquisições de ativos imobilizados, materiais de uso e consumo e serviços, em conformidade com a legislação tributária, critério da essencialidade no processo produtivo e valor da aquisição para fins de análise, de acordo com a materialidade empregada. Diante desse contexto, houve uma reclassificação de créditos tributários sobre ativos fixos que faziam parte do custo de aquisição para a conta recuperável de PIS e COFINS no valor de R$ 82.619 (R$ 14.290 em 2023). O impacto no resultado é de R$ 17.372 (R$ 13.178 em 2023), decorrentes de ajustes de novos créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo, serviços e ajustes de depreciação. Segue a composição dos principais impactos da revisão dos créditos tributários:

Ativo	2024
Créditos de PIS/COFINS	99.991
Ajuste sobre ativo fixos	(82.619)
Impacto no resultado do período	17.372

Ativo	2023
Créditos de PIS/COFINS	27.468
Ajuste sobre ativo fixos	(14.290)
Impacto no resultado do período	13.178

12. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(359.343)	(229.657)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	122.177	78.083
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
PAT	126	238
Provisão termo de conduta	(32)	-
Doação	(51.244)	(2.250)
Projeto TERPAZ (ii)	1.306	(12.934)
Incentivo fiscal - Subvenção para investimentos (i)	-	63.592
Outros	2.534	2.029
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(74.867)	(128.758)
Corrente	52.213	(99.975)
Diferido	(127.080)	228.733
Alíquota efetiva	21%	-

(i) A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM uma redução, por incentivo fiscal - subvenção, para investimentos de 75% do imposto de renda para uma produção limitada de até 11.437 toneladas/ano. O prazo para fruição do benefício tem início em 2020 e término em 2029. No exercício de 2024 não houve reconhecimento do benefício, considerando que a empresa encerrou o exercício em prejuízo contábil . (ii) Valor referente ao Projeto TERPAZ vide nota 19.a. **b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferido:** Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisão para fechamento de minas	22.046	31.306
Provisão para participações nos resultados e bônus	15.939	13.432
Provisão para contingências	4.151	2.105
Provisão para perdas por *impairment* de ativo	378.299	251.185
Exaustão fechamento de mina	-	(1.053)
IFRS16	10.507	6.037
Provisão para Obsolescência	6.212	7.068
Provisão para projeto Cavas	-	-
Provisão para perdas esperadas	345	339
	437.499	310.419

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R$ 437.499 (R$ 310.419 em 2023), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. **13. Investimento em coligadas: 13a. Saldos patrimoniais:** As informações sobre a coligada da Companhia no encerramento do exercício são como segue:

	2024	2023
Participações em coligada	-	37.546
Ágio em coligada	-	65.463
	-	103.009

Nome da coligada	Atividade 'principal	Participação e capital votante detidos
Thalassius A022.21 Participações S.A.	Comercialização de energia	10%

13b. Movimentação

	Investimento em coligadas				
	2023	Aportes	Investimento em coligadas	Reclassificação para Outros Investimentos VJORA	2024
Thalassius A022.21 Participações S.A.					
Investimento em coligada	103.007	49.310	92.736	(92.736)	-
Ágio de Investimento	-	-	59.581	(59.581)	-
Total	**103.007**	**49.310**	**152.317**	**(152.317)**	**-**

Em julho de 2023, a Companhia optou por investir na Companhia Thalassius A022.21 Participações S.A. que é uma geradora de energia renovável. Em novembro de 2024, o projeto entrou em operação e com este marco o acordo de acionistas foi atualizado, conforme previsto no contrato. Com essas atualizações, a Companhia passou a não ter mais influência significativa. Sendo assim, o investimento foi reclassificado de investimento em coligada para instrumento financeiro - VJORA. Vide nota 6.6.

14. Imobilizado - a. Composição do saldo

	Terrenos, edificações e instalações fabris	Equipamentos de transportes	Máquinas, equip. e mat. permanente	Equip/aplicat. informática	Jazidas/ARO	Arrenda-mentos	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023									
Custo									
Saldo inicial	857.533	694.844	2.681.199	28.624	135.284	71.616	4.469.100	760.140	5.229.240
Aquisição (i)	389.232	121.069	491.429	4.770	9.839	45.944	1.062.283	196.796	1.259.079
Transferência	(414)	432	(18)	-	-	-	-	-	-
Baixa (ii)	(114)	(5.079)	(91.202)	(1.106)	-	(12.503)	(110.004)	-	(110.004)
Ajuste (iii)	(1.921)	(13.222)	(3.038)	(216)	-	-	(18.397)	(1)	(18.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.244.316**	**798.044**	**3.078.370**	**32.072**	**145.123**	**105.057**	**5.402.982**	**956.935**	**6.359.917**
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo inicial	(369.290)	(390.930)	(1.390.679)	(16.854)	(72.032)	(20.887)	(2.260.672)	-	(2.260.672)
Transferência	5	(7)	2	-	-	-	-	-	-
Baixa (ii)	40	4.999	91.100	1.105	-	12.503	109.747	-	109.747
Ajuste (iii)	156	3.410	541	72	-	(1)	4.178	-	4.178
Impairment (iv)	(152.335)	-	(532.443)	-	-	-	(684.778)	-	(684.778)
Depreciação/exaustão no exercício	(36.232)	(107.741)	(150.040)	(3.961)	(1.928)	(24.808)	(324.710)	-	(324.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(557.656)**	**(490.269)**	**(1.981.519)**	**(19.638)**	**(73.960)**	**(33.193)**	**(3.156.235)**	**-**	**(3.156.235)**
Saldo contábil, líquido	**686.660**	**307.775**	**1.096.851**	**12.434**	**71.163**	**71.864**	**2.246.747**	**956.935**	**3.203.682**
Saldo em 1º de janeiro de 2024									
Custo									
Saldo inicial	**1.244.316**	**798.044**	**3.078.370**	**32.072**	**145.123**	**105.057**	**5.402.982**	**956.935**	**6.359.917**
Aquisição (i)	45.932	331.408	617.595	1.017	25.627	61.963	1.083.542	(69.955)	1.013.587
Transferência	6	5.536	(5.542)	-	-	-	-	-	-
Baixa (ii)	(13.914)	(33.446)	(65.913)	(1.515)	-	(5.757)	(120.545)	-	(120.545)
Ajuste (iii)	(33.364)	(10.827)	(47.974)	-	-	(1)	(92.166)	-	(92.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.242.976**	**1.090.715**	**3.576.536**	**31.574**	**170.750**	**161.262**	**6.273.813**	**886.980**	**7.160.793**
Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo inicial	(557.656)	(490.269)	(1.981.519)	(19.638)	(73.960)	(33.193)	(3.156.235)	-	(3.156.235)
Transferência	-	(231)	231	-	-	-	-	-	-
Baixa (ii)	13.431	18.171	64.190	1.506	-	3.375	100.673	-	100.673
Ajuste (iii)	1.110	4.039	4.396	1	-	1	9.547	-	9.547
Impairment (iv)	(68.823)	-	(343.334)	-	-	-	(412.157)	-	(412.157)
Depreciação/exaustão no exercício	(32.474)	(138.515)	(131.569)	(4.225)	(2.750)	(50.232)	(359.765)	-	(359.765)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(644.412)**	**(606.805)**	**(2.387.605)**	**(22.356)**	**(76.710)**	**(80.049)**	**(3.817.937)**	**-**	**(3.817.937)**
Saldo contábil, líquido	**598.564**	**483.910**	**1.188.931**	**9.218**	**94.040**	**81.213**	**2.455.876**	**886.980**	**3.342.856**

(i) As principais adições do ano são decorrentes de novos investimentos para manutenção da operação de mina e da frota no processo de lavra, conforme planejamento prévio de substituição de ativos, no grupo de transportes, por substituição de equipamentos de frota de mina e seus componentes em final de vida útil, no grupo de máquinas e equipamentos ocorreram investimentos no mineroduto por planejamento de trocas devido os desgastes da espessura no duto, no grupo de arrendamento corresponde à adições de novos contratos de *leasing* (IRFS16). No grupo de imobilizado em curso, o principal projeto é referente a substituição do mineroduto por planejamento de troca e outros projetos de equipamentos de frota e usina. (ii) As baixas significativas no exercício, ocorreram principalmente, em função de substituição de ativos decorrentes de novos investimentos de frota de mina, mineroduto, término de contratos de *leasing* , sucateamentos e por perda de sinistro. (iii) Os ajustes são referentes a revisão de créditos tributários de PIS e COFINS sobre imobilizado. (iv) A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, identificou perdas em 2024, com lançamentos de *Impairment* nos grupos de Edificações e de Máquinas e Equipamentos. **b. Revisão de créditos tributários:** Em 2024 e 2023 foi realizado um trabalho de revisão de créditos tributários de PIS e COFINS. Parte deste trabalho consiste em identificar valores de créditos tributários oriundos de ativos fixos que não haviam sido reconhecidos pela Companhia. Este levantamento gerou uma redução líquida de R$ 82.619 (R$ 14.290 em 2023) no ativo da Companhia, sendo R$ 92.312 (R$ 18.511 em 2023) de valor de custo e R$ 9.693 (R$ 4.221 em 2023) de depreciação acumulada, considerando os ativos intangíveis. **c. Teste de *impairment*:** A Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de *impairment* a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. A Companhia identificou indicativos para realização da avaliação de recuperabilidade do imobilizado para o exercício de 2024. Nesse sentido, o valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso pela unidade de negócios de bauxita a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas que consideram: • Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas; • Cenário macroeconômico do país e internacional; • Período do fluxo de caixa de 40 anos assumindo o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura. • Taxa de desconto de 10,75% (*after tax*). • Dólar-americano de R$ 5,20 (2025) a R$ 8,01 (2064). • Além do fluxo de caixa projetado de 2025 (ano 1) a 2064 (ano 40), Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC") descrito acima. • A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, identificou perdas em 2024 de R$ 412.157, conforme item 14a.(iv) acima. **d. Outras informações:** A depreciação e a exaustão do período, alocada ao custo de produção e às despesas administrativas, totaliza R$ 346.546 (R$ 317.693 em 2023) e R$ 3.526 (R$ 2.833 em 2023), respectivamente.

15. Fornecedores	2024	2023
Fornecedores no país (a)	300.787	382.563
Fornecedores no exterior	5.837	21.248
	306.624	403.811

(a) Refere-se à serviços e materiais relacionados ao mineroduto e reforma de grandes equipamentos de Mina.

16. Obrigações de aquisições de associados	2024	2023
Obrigação de aquisições de coligadas - Terceiros	-	47.809
Obrigação de aquisições de coligadas - Partes relacionadas	-	47.809
	-	**95.618**

Em novembro de 2024 foi efetuado o pagamento total do passivo com aquisições de investimento. Em 2023 era parte relacionada Hydro REIN Feijão Holding B.V. (vide Nota Explicativa 10) e Brasil Energia Limpa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (terceiro). Referindo-se ao investimento na Companhia Thalassius A022.21 Participações S.A. de julho de 2023, vide Nota Explicativa nº 13. **17. Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são contratados em Reais e registrados no balanço conforme abaixo:

			Vigência										
Instituições financeiras	Moeda	Encargos financeiros	Início	Vencimento	2023	Captação	Amortização principal	Amortização juros	Encargos financeiros	Variação cambial	2024	Curto prazo	Longo prazo
Contrato Intercompanhia					**-**	**700.000**	**-**	**(16.794)**	**44.594**	**-**	**727.800**	**27.800**	**700.000**
NORSK HYDRO ASA(a)	BRL	CDI 6 M+2,10% a 2,65%	16/02/2024	22/11/2027	-	700.000	-	(16.794)	44.594	-	727.800	27.800	700.000
			Passivo Circulante		-						27.800		
			Passivo não Circulante		-						700.000		
					-						727.800		

(a) A Companhia possui empréstimo intercompanhia com pagamento de juros semestrais e vencimento do principal a partir de fevereiro/2026 à novembro/2027. O montante do principal dos empréstimos e financiamentos classificados como não circulante em 31 de dezembro de 2024, possuem a posição em aberto conforme abaixo:

	2024
2025	27.800
2026	347.500
2027	352.500
	727.800

18. Arrendamentos: a. Ativos de direito de uso: Os ativos de direito de uso relacionados a empilhadeiras, galpões e tratores são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 14.a. **b. Passivos de arrendamentos:** Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos, em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Menos de um ano	46.746	27.281	9.287	7.196	37.458	55.384
Entre um e cinco anos	89.632	68.159	16.288	24.803	73.345	33.623
	136.378	95.440	25.575	31.999	110.803	89.007
Circulante					37.458	55.384
Não circulante					73.345	33.623

Os contratos de arrendamento mercantil possuem taxas de desconto de, aproximadamente, 12,92% a 13,76% (12,77% a 16,01% em 2023). Em 2024, os arrendamentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Arrendamentos
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	63.440
Adições	45.944
Pagamentos	(27.799)
Juros	7.422
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	89.007
Adições	50.271
Pagamentos	(38.817)
Juros	10.342
Variação Cambial	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	110.803

19. Provisões e Depósitos Judiciais: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	581	748	1.764	1.740
Cíveis	-	-	21.462	19.693
Tributário	-	-	6.002	4.451
Reinvestimento	-	-	18.269	13.819
Fechamento de mina	-	-	62.758	92.075
Povos Originários(a)	-	-	143.800	-
TERPAZ (a)	-	-	104.762	230.537
	581	748	358.817	362.315
Circulante	-	-	208.267	85.094
Não circulante	581	748	150.550	277.221

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.037	145.285
Adições	278	251.708
Pagamentos	(1.230)	(43.763)
Reversões	(434)	(965)
Atualizações Monetárias	97	10.050
Saldo em 31 de dezembro de 2023	748	362.315
Adições	830	115.130
Pagamentos	(872)	(123.012)
Reversões	(175)	(361)
Atualizações Monetárias	50	4.745
Saldo em 31 de dezembro de 2024	581	358.817

a. Natureza das provisões: Contingências: A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra, considerando o valor da última condenação havida nos autos, sendo que as reclamações trabalhistas estão relacionadas, principalmente a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, horas *in itinere*, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2024 provisões dessa natureza no passivo não circulante no montante de R$ 58.828 (R$ 25.884 em 2023). **Reinvestimento:** O Reinvestimento é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às pessoas jurídicas que tenham empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, e que se enquadrem nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a depositarem no Banco da Amazônia S/A, para fins de reinvestimento, 30% (trinta por cento) do valor do imposto de renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) a título de recursos próprios. A liberação desses recursos fica condicionada à aprovação pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do respectivo projeto técnico-econômico de modernização ou complementação de equipamentos. **Fechamento de Mina:** A provisão para fechamento de mina está relacionada aos gastos provisionados com o fechamento dos depósitos, desmontagem dos ativos relacionados a operação, ao reflorestamento e monitoramento das áreas restabelecidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a revisão da projeção do valor presente dos custos necessários para fechamento de minas, utilizando uma taxa de desconto de 11.57%. Dessa forma, com base na revisão técnica dos custos do projeto e considerando as premissas e índice aplicáveis, houve uma redução de R$ 35.286 na provisão (R$ 428 de redução em 2023):

	2024	2023
Saldo inicial	92.075	87.542
Revisão estimativa	(35.286)	(428)
Realizações	(3.822)	(3.437)
Acréscimo por correção no período	9.190	8.398
Saldo final	62.758	92.075

Os valores estimados para a situação de descontinuidade atual, de acordo com a previsão de vida útil restante dos empreendimentos, foram revisados considerando a expectativa de inflação de longo prazo conforme IPCA, e, posteriormente, descontados ao valor presente pela NTN-B ajustada. **TERPAZ**: Em janeiro de 2023 o grupo Hydro assinou um termo de intenção junto ao governo do estado do Pará, de participação do programa TERPAZ, para construção de 06 usinas. O montante total estimado do projeto é de R$ 235.500 sendo que parte do valor gasto pela Paragominas será reembolsado por outras empresas do Grupo Hydro (Vide Nota Explicativa nº 10.a). Em abril de 2024 ocorreu um aporte de R$ 4.620 no projeto, passando o saldo para R$240.120. Durante o exercício de 2024, R$ 116.760 (R$4.900 em 2023) desta provisão foi consumida, resultando em um saldo atual de R$ 104.762. **Povos Originários**: A Companhia celebrou acordos com associações quilombola e indigenas para o financiamento e execução de investimentos sociais na região de Acará e Tomé-Açu (PA). **Contingências possíveis de perdas, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída considerando que é mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, conforme composição e estimativa a seguir:

	2024	2023
Tributárias (i)	195.932	186.464
Ambiental (ii)	1.356.600	1.199.349
Cíveis (iii)	371.414	274.803
Trabalhistas (iv)	90.975	77.113
	2.014.921	1.737.729

(i) A natureza das contingências tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de ICMS, no montante de R$ 52.630 sobre encargos sobre a conexão de energia elétrica e quanto taxa de depreciação de ativo imobilizado, para dedução da base de cálculo do IRPJ de R$ 61.761 e dedução da base de cálculo do CFEM no valor de R$ 47.073. (ii) As contingências ambientais não provisionadas decorrem da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra, bem como a análise da questão jurídica e evidências do direito envolvido no processo, sendo que as ações ambientais estão relacionadas, principalmente a pedidos de indenização por danos materiais e morais por alegados danos ambientais decorrentes das atividades operacionais da empresa. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, a processos envolvendo cobrança por fornecedor decorrente de alegados danos sofridos com contrato celebrado com a MPSA. Processos são classificados como possíveis quando ainda não há sentença de primeira instância e/ou provas evidentes do pleito autoral. (iv) A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra, considerando 50% do valor da causa dos processos, sendo que as reclamações trabalhistas, estão relacionadas, principalmente, a pedidos de verbas rescisórias, horas extras, horas *in itinere*, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. Em 2019 uma nova ação movida pela STIEAPA (Sindicato da indústria extrativista do Pará e Amapá) trata-se de uma ação coletiva em nome de todos os empregados que trabalham em horário de turno alternados, solicitando diferenças salariais relacionadas a adicional noturno e descanso semanal essa reclamação em especial, em que pese ser classificada como possível, já possui condenação da qual estamos recorrendo e a estimativa de montante está em R$ 81.330 (R$ 71.733 em 2023). As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços. **20. Patrimônio líquido: 20a. Capital:** O capital social subscrito é composto por 2.814.813.809 ações ordinárias, nominativas e totalmente subscritas, com o valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada ação, distribuídas da seguinte forma:

	Capital social	Tipo	2024	%	2023	%
Hydro Paragominas B.V.	R$ 2.814.814	Ordinárias	2.814.813.808	99,99	2.814.813.808	99,99
Hydro Aluminium Brasil Investment B.V.	R$ 1	Ordinárias	1	0,01	1	0,01
			2.814.813.809	100	2.814.813.809	100

20b. Reserva de incentivos fiscais: Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Em 2022 a Companhia possuía um montante total de Reservas de Incentivo Fiscal de R$ 379.654. Deste montante, R$ 234.469 referente ao saldo final do exercício de 2021. No fechamento do exercício de 2023, a Companhia absorveu prejuízos acumulados com o saldo de Reservas de Incentivo Fiscal, no montante de R$ 100.899. Resultando no saldo total de R$ 278.755. Em 2024, a Companhia absorveu prejuízos acumulados com o saldo de reservas de incentivo fiscal no montante total de R$ 278.755. **20c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, parte da reserva legal foi absorvida pelo prejuízo apurado no montante total de R$ 5.722. O saldo final foi no total de R$ 83.277. **20d. Destinação do resultado do exercício:** Com base no estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal será destinado 25% do lucro líquido para atendimento ao art. 202 da Lei 6.404/76 como dividendos obrigatórios e os 75% remanescentes serão colocados à disposição da Assembleia Geral que através de proposta da Diretoria deliberará sobre sua destinação.

	2024	2023
Prejuízo (lucro líquido)	(284.477)	(100.899)
Absorção de Reserva	284.477	100.899
Prejuízo acumulado	-	-

21. Outras informações - a. **Receita líquida de vendas de produtos e serviços**

	2024	2023
Venda de produtos e serviços:		
Bauxita	2.190.062	2.121.207
	2.190.062	2.121.207
Tributos:		
Compensação financeira pela exploração mineral - CFEM	(66.758)	(63.636)
	(66.758)	(63.636)
Receita operacional líquida	2.123.304	2.057.571

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm como destinação exclusiva o mercado interno que é direcionado ao seu único cliente, que é a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A..

b. Custo dos produtos vendidos

Custos fixos	2024	2023
Pessoal	(290.580)	(278.520)
Material	(314.576)	(269.136)
Depreciação	(342.570)	(317.963)
Serviços	(234.688)	(238.484)
Outros (i)	(24.293)	15.970
	(1.206.707)	(1.088.133)
Custos variáveis	(281.605)	(272.928)
Excedente do custo fixo por redução da produção (ii)	(25.568)	(4.213)
Custo dos produtos vendidos	(1.513.880)	(1.365.274)

(i) Principal impacto refere-se à variação dos estoques dos produtos em processo e acabado (variação de inventário), em função da oscilação de quantidade e preço. O valor total de impacto da variação de inventário é de R$ 36.059. (ai) Os custos fixos são alocados baseados na capacidade normal de produção. Desta forma, em função de eventuais perdas de produção, os valores dos custos fixos não alocados aos produtos foram reconhecidos diretamente como despesa no exercício em que foram incorridos, no montante de R$ 25.568 em 2024 (R$ 4.213 em 2023).

22. Receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios	(4.448)	(1.019)
Material	(421)	(170)
Serviços	(46.281)	(37.671)
Depreciação, exaustão e amortização	(3.712)	(3.029)
Pesquisas e desenvolvimentos	(48.232)	(46.630)
Pesquisas e desenvolvimentos com partes relacionadas	(9.078)	(12.161)
Outros	(7.194)	(3.617)
	(119.366)	(104.297)

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

Hydro

CNPJ: 12.094.570/0001-77

	2024	2023
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receita com venda de materiais/sucatas	1.975	662
Receita com venda de energia elétrica	1.373	456
Receita com venda de trans, máq., outros equip.	578	587
Receita com venda de materiais-parte relacionada	20	13
Outras receitas com terceiros	256	476
Provisão de obsolescência	2.517	1.087
Custo com baixa de ativos	(19.872)	(257)
Provisão trabalhista	(6.198)	(2.272)
Revisão de créditos tributários	7.679	8.957
Serviços contratados (a)	(126.821)	(112.610)
Outras despesas - Partes relacionadas	4.464	(3.062)
Perdas estimadas valor não recuperável (c)	(412.156)	(684.778)
Doações e patrocínio - Associações Indígenas (d)	(143.800)	-
Doações e patrocínio - TERPAZ (b)	3.840	(37.540)
Despesas Especiais - Covid 19	-	(1)
Outras	(111.351)	(54.275)
	(797.496)	(882.557)
Despesas operacionais	(916.862)	(986.854)

(a) Despesas relativas aos serviços compartilhados. (b) Conforme nota explicativa 19.a. (c) A Companhia reconheceu *impairment* em 2024 e 2023, conforme a nota 14.d. (d) Em 2024 a Companhia fez acordos com associações de povos originários, referente a doações para desenvolvimento social da região.

23. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	15.599	73.430
Rendimento de juros	56	2.620
Descontos obtidos	-	26
	15.655	76.076
Despesas financeiras		
Encargos empréstimos e financiamentos (a)	(44.594)	(7.423)
Juros sobre arrendamento	(10.341)	
IOF	(520)	(886)
PIS/COFINS sobre receitas	(829)	(4.191)
Variações monetárias e cambiais passivas, líquidas	(10.637)	1.795
Outras	(640)	(471)
	(67.561)	(11.176)
Resultado financeiro, líquido	(51.906)	64.900

(a) Juros sobre empréstimo realizado com a matriz Norsk Hydro ASA

Carlos Eduardo Neves
Presidente

Johan Daniel Karqqvist
Diretor Financeiro

Aline Vaskys Rocco
Contadora - CRC: 1SP293164/0-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da PARAGOMINAS - Mineração Paragominas S.A. Paragominas, Pará. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da PARAGOMINAS - Mineração Paragominas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PARAGOMINAS - Mineração Paragominas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/0